



CONFERÊNCIA 10 ANOS IPCG
Relatório de Clipping

Governo actual e *troika* querem privatizar uma parte da CGD

Pedro Rebelo de Sousa Crítico da forma como evoluiu a crise, o presidente do Instituto Português de Corporate Governance defende que a demissão de Vitor Gaspar passou uma péssima mensagem para quem está a viver um momento difícil

Entrevista
Cristina Ferreira

O presidente do Instituto Brasileiro de Corporate Governance (IBCG) afirma que a atual crise "exalta uma plêiade governamental", pois Paulo Henrique Vitor Gaspar tem "irredutível" e Paulo CoELHO não planeja a renúncia nas próximas. Na véspera da conferência em Lisboa sobre o "Governo Societário em Portugal", que durará amanhã no quadro das comemorações do 42.º aniversário da criação do IBCG, o Diretor de Sousa defende que o IBCG defende a Corporate Governance, lançada em 2002, deve ser adaptada às empresas públicas, universidades e instituições de economia social. Em termos de que dize e ser uma boa experiência, como avalia os episódios da semana passada, envolvendo o PSD e o CDS-PP, e que desencadearam a crise

Porém, a ideia de que é uma
plasma generosa, isto é, criativa e
trabalhosa, é, sobretudo,
demonstra que as pessoas
envolvidas não mudaram as
condições de trabalho e que
ali houve uma percepção de
que aquela mídia não era pra
uma coisa: avaliação de risco e
um argumento que aquela não
era uma mídia adequada para
aqueles dados. Confesso que achei
de chapar de Nova Trens e ali
deixei falar, porque sou um
previdenteiro, preciso avaliar e avaliar
é uma coisa que não dá espaço
de subjetividade. Não era o tema. Foi
Porém não acho a percepção
de quanto conseguimos decifrar
da imagem de risco e de como
isso se relaciona com a percepção
de vulnerabilidade. A classe
política portuguesa não tem a
percepção de que se merenda
seu e merenda o país inteiro, mas
sim, que é uma coisa que não dá
para, até, até a divulgação dos dados.
Porém, diante condições de crise
econômica, em especial a partir
dos primeiros 1990s, mais o
conceito de risco, o conceito de
que possibilita reconhecer,

"Mais do que entrar em desideratos, gostaria de ver propostas concretas: quem seria a alternativa de uma equipa governativa, qual o programa alternativo?"

ou revisar, melhor dizendo, o modelo de regulação, novas formas em relação ao modo de dividir que é o que impacta negativamente nos preços. Compreendo que, no quadro de crise gerada pela sua derrota, Paulo Portas ainda tenha pedido tempo para refletir se ficava no Governo?

Mé: Quando um país está em situação de rapina não existe tempo de reflexão para uma situação que claramente foi irreversível. A maior parte dos dirigentes da TV veio diretos do totalitarismo indicar que se devia a decisão irreversível. Não me pareceu que fosse sentido haver qualquer momento, um momento de hesitação.

Na semana de abertura do ministério das Finanças (5 dias antes da primeira reunião do conselho de administração da empresa), o chefe da equipe de planejamento financeiro, o Sr. Paul, fez um gesto de boa vontade: "Descobrimos o sistema subjacente a este formulário que precisamos preencher e descobrimos que a maioria dos erros cometidos foram da categoria de 'Causar o dobro de trabalho'. Não sei como, depois de chorar de frustração por um mês inteiro".

Após, a uma semana de trabalho, a equipe não analisou, foi, no mínimo, Sênior. Claramente via o trabalho como uma tarefa, não uma oportunidade de aprender. Apesar das Finanças não realizarem um processo necessariamente

instituições com o nosso partido (PT) e não há linear em termos de equidade que o substitua. Também, por outro, dificuldade em compreender que a doutrina de Gaspar possa entrar dentro do conceito de uma boa governação. E passa uma plástica managem para os que estão a passar por um momento mais árduo, o desemprego, os reformados. Já em relação aos jovens, tenho uma simples subteia, pelo contrário (Lisboa e EJA) com 21 anos, e não parecido da visão dinâmica e flexível. O jovem, se considero, na mesma deve começar a vida

Vál alternativas a esse Governo
Comaria de se ser com: conformi. M
do que comar em diabolizante,
na guerra dever propostas
construção: guerra: a a guerra
de uma capital governativa, que
programa alternativo. Há supor
de que deveríamos tomar em
monetária, o que é, maltratar.
viver numa galáxia. Tenho
dificuldade em compreender o
apelo à demissão do Presidente
de um governo democrático.
Não acho que creio: uma situa

de clara impossibilidade. Desde 1994 foi lançado o livro branco da boa governação e em 2002 o IFGC apresentou o primeiro diagnóstico das boas práticas. O que é isso? Já mudou bastante desde os dois aspectos e que o IFGC deu um contributo e mostrou ser diferente. O primeiro foi resumir a ideia como se o livro para o setor da construção para o setor da energia e para o setor da saúde. Até 2004 era muito pouco regulador posto a Europa e não se preocupava com o setor e os direitos de cada um regulador e passou para as empresas, para governo e para a sociedade civil. Já se passou das palavras à prática? Para além de ser mandado a fazer como se é para o setor, há uma metodologia de importância para o governo e para a sociedade civil. Já mudou consequentemente a preocupação que se trata de não esquecer de ganhar. Já se criou com maior visibilidade já para o mercado, dispõem de uma

[illegible][illegible]

empresas, criando uma cultura de participação minoritária e de investimento na bolsa que chegou a haver anos do 25 de Abril. O mecanismo de compra de ações de trabalhadores e dos pequenos investidores, nas periferias, levou a uma situação que revelou-se insustentável e levou a clamorosas manipulações por aqueles que queriam ser o controle da empresa.

Um plano claro ainda há referências a salários milionários nas empresas. Há quem fale em apropriações individuais do dinheiro das

[illegible]

da polícia para não criminalizar o cidadão que permitiu criar um documento tipo de currículo sobre a sua vida, com uma avaliação de sua qualidade de vida, sua saúde, sua qualidade social, sua qualidade ambiental. Mas é inaceitável que o Banco de Portugal (BdP) tenha assinado um protocolo com grande centralismo.

Como é que o país, como a Itália, é claro, sempre na lógica de comando do IGC, para a passagem de dois quadros do BdP, o supervisor, para a Cgil [José Mauro, Ana Cristina Leal, Norberto Nunes], a principal instituição de defesa dos consumidores? Não existem mecanismos ou procedimentos para garantir que os dados não sejam usados para envolver nos operadores. O que tem a lógica ali é a permissão no mercado e o veto ali para fiscalizar o mercado. Caso contrário os operadores sempre se repolarizam por profissionais universitários, que também ali ficam. Se não derem que sentem uma certa dificuldade em ver o sistema operacional, de regularizar

por clima que as ligaduras de recados pessoais também não reguladas. Por razões similares não posso falar da CGE.

Por administração não se entende da CGE. Falando sempre em termos da lógica de que deve ser a boa gestão, não temo uma empresa com um técnico acrobata nem administradores independentes para controlarem os executivos. Por tudo o contrário.

O controle não deve ser feito pelo conselho fiscal?

O administrador não não entende independentemente não são fiscais, independentemente não são fiscais.

[illegible]

terrore acidentalista não, porque a investigação com o acionista não é diferente feita com o CGL, mas com o CGL não há a possibilidade de formação de influência do acionista. Como todos sabemos, quer a ação que o acionista goza por exercer acionista: privar a parte (parte do capital do CGL). Se o fizerem, o modelo de gestão já está afetado. **Por exemplo: privar a CGL?** Ninguém gosta para que a CGL reduza 20% do capital disponível. Hoje, essas firmes não compreendem que não é só a redução de 20% do CGL que não é suficiente para a perda do controle do CGL. Acho que no mercado há quem busque 20% de acionista ou que se faz em todo o lado. Mas sempre que privar a parte, a pequena parte de capital, o Estado acaba a vender tudo... - bem, já acho mal.

Éli os que defendem que com a crise financeira a CGL foi um banco de resaca para muitos clientes e funcionários como

financiar...
... Converter pequenas depositadas da CGD em acionistas através da emissão de obrigações convertíveis em ações. E permitiria que o modelo de governança fosse mais sustentável.

Comprende que a CGD esteja lá o tempo a funcionar com uma Comissão Executiva Incompetente?
Pode a comissão em Abril e desde aí ser o compromisso de não fazer sobre a CGD.

Como é que vê a presença de emissão de ações (BOP), em substituição do CGD...

matérias (plantas) e promessas universais (GDP) sem a participação baseada no compromisso à frente de comitês de administração não encadeia os de bancos? Colocar GDP favorece o crescimento.

Hoje há a percepção de irresponsabilidade da função de chairman e quando se pensa numa empresa pensa-se no CEO...

... E mais tarde: Mas há um exemplo de chairman que merece a função o Aarón Sarmiento Siles (GDP, empresa prolongada)... E há como que dois acionistas com as características. Não sendo o primeiro, referido no nome de Carvalho (GDP, de Promocão de Gestão (Empres), de Henrique Transição (P7).

Foi eleito presidente do IPOG

Até 1993, quando os dois países foram reunidos, o Primeiro grande objetivo é implementar e defender no Parlamento o Código de Governo das Sociedades, e persuadir todas as empresas a aderir. Uma sociedade civil forte é aquela que consegue implementar a sua defesa de um código que é uma proposta (a primeira) das reguladas e não de população. Outro objetivo é contribuir para a melhoria do que deve ser um bom governo nas empresas públicas e privadas. E, finalmente, é fazer uma reflexão sobre a pertinência de um mecanismo de certificação de governo como o que, por exemplo, o Canadá e o Brasil, já estão implementando, fazer uma reflexão sobre a importância da transparência e da economia social. Por isso uma conferência em 2002 sobre o que é a governança em tempos de crise. E uma das conclusões é a importância clara de que cada empresa como entidade



Rebelo de Sousa defende que a crise trouxe algum "fundamentalismo"

Questão O ICPG, liderado por Pedro Rebelo de Sousa, celebra dez anos.

Maria Ana Barreiros
mariaana@repositorioicpg.pt

A actual crise tem o contexto em que as empresas operam "muito mais exigente" e "mais rigoroso", mas trouxe também algum "fundamentalismo", defende Pedro Rebelo de Sousa. Em declaração ao Diário Económico a propósito dos dez anos do Instituto Português de Corporate Governance (ICPG), o seu responsável lamenta que exista hoje uma certa "ideia populista de que todo o indivíduo que assume cargo público tem necessariamente de ganhar mal".

A propósito do estatuto do gestor público, Rebelo de Sousa defende ser "surreal" pedir que se assumia determinado tipo de responsabilidades, sem ter a preocupação de oferecer uma compensação suficientemente decente. "Chega-se a um fundamentalismo de dizer que o valor da remuneração de um dado gestor é alto demais. Mas como é que se determina que é alto demais?", questiona. Para Rebelo de Sousa, a consequência é "acabar por se ter um leque de escolha de pessoas muito limitado, não há como fazer milagres".

À sobre as evoluções positivas dos últimos dez anos, o advogado sublinha que "a 'corporate governance' deixou de ser um assunto só para as empresas cotadas". O presidente do Instituto acredita que hoje "as empresas familiares, de médio porte, percebem que 'corporate governance' não é apenas ter as contas auditadas, mas sim com toda uma lógica de transparência de informação, de cultura empresarial e portanto permitir o mercado e os stakeholders". Ilustra ainda que o Instituto voto "fortemente" a participação da sociedade civil em matérias que eram "muito mais ditadas pelos

reguladores". "O ICPG ganhou um espaço próprio", afirma.

O Instituto, que realiza hoje uma conferência a propósito do seu aniversário, tem como prioridade a curto prazo poder finalmente implementar o seu código de "corporate governance". "Temos esperança de, antes de Agosto, ter tudo estabilizado para que as empresas possam, no segundo semestre, fazer a sua escolha", entre o código da CVM, o do ICPG.

Rebelo de Sousa quer ainda fazer "a adaptação do código e dos seus princípios ao sector público", e também "ao terceiro sector". O Instituto pretende promover melhores princípios para uma maior presença das mulheres na gestão. "Faz todo o sentido termos regras sociais com uma participação feminina mais significativa", conclui.

CGO

Impasse sobre nova gestão é "surreal"

Tendo já renunciado a administração da Caixa, Rebelo de Sousa lamenta que é "indescritível" para qualquer instituição financeira e a Caixa não é excepção, sendo até "surreal" estar-se tal tempo tempo para se ouvir a nova gestão da Caixa. Quando sobre se a Caixa terá sido um sucesso, nos últimos tempos, das divergências na coligação do Governo, o advogado não o esconde. "A imagem transmissora é a de que há realmente a nível da coligação, a necessidade de estabelecer o entendimento em termos que não apenas quer mesmo para a Caixa mas também a privatização parcial ou a necessidade de se não da criação de um banco de fomento".

Entrevista
Engº Manuel Agria na TSF,
programa Negócios e Empresas



Abrir: http://www.tsf.pt/paginainicial/AudioVideo.aspx?content_id=3311568
(IPCG: início aos 52 segundos)

Instituto de Corporate Governance assinala 10 anos com conferência

Lisboa, 09 jul (Lusa) – O Instituto Português de **Corporate Governance** realiza hoje uma conferência sobre o governo das empresas, que comemora os seus 10 anos de existência, no momento em que pretende alargar o código de boas práticas a fundações e empresas públicas.

Depois de ter lançado o Código de Governo de Sociedades, que serve de guia para as empresas que queiram seguir boas práticas de governo, o objetivo do Instituto Português de **Corporate Governance**(IPCG) é de implementar este código junto das empresas cotadas, mas também de alargar as práticas defendidas a fundações, empresas públicas e empresas municipais.

Segundo disse em comunicado Pedro Rebelo de Sousa, presidente do IPCG, o Código de Governo das Sociedades do IPCG “não exige alterações dos estatutos” e faz cada vez mais sentido num mercado com empresas maduras e conscientes da necessidade de autorregulação e da “adoção e cumprimento de processos transparentes”.

“O Governo Societário em Portugal” é precisamente o tema da conferência que o IPCG realiza hoje em Lisboa, na Fundação Champaulimaud, para comemorar os seus 10 anos de existência. A abertura está a cargo do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e estarão ainda presentes o presidente da Comissão do Mercado de valores Mobiliários (CMVM), Carlos Tavares, o presidente executivo da Zon, Rodrigo Costa, e o presidente da bolsa de Lisboa, Laginha de Sousa, entre outros.

A Conferência “O Governo Societário em Portugal” tem início pelas 9:30, em Lisboa, na Fundação Champaulimaud.

Instituto de Corporate Governance assinala 10 anos com conferência

Lusa | 6:33 Terça-feira, 9 de julho de 2013



Lisboa, 09 jul (Lusa) -- O Instituto Português de Corporate Governance realiza hoje uma conferência sobre o governo das empresas, que comemora os seus 10 anos de existência, no momento em que pretende alargar o código de boas práticas a fundações e empresas públicas.

Depois de ter lançado o Código de Governo de Sociedades, que serve de guia para as empresas que queiram seguir boas práticas de governo, o objetivo do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) é de

implementar este código junto das empresas cotadas, mas também de alargar as práticas defendidas a fundações, empresas públicas e empresas municipais.

Segundo disse em comunicado Pedro Rebelo de Sousa, presidente do IPCG, o Código de Governo das Sociedades do IPCG "não exige alterações dos estatutos" e faz cada vez mais sentido num mercado com empresas maduras e conscientes da necessidade de autorregulação e da "adoção e cumprimento de processos transparentes".

Instituto de Corporate Governance assinala 10 anos com conferência

Lusa - Esta notícia foi escrita nos termos do Acordo Ortográfico

6:33 Terça feira, 9 de Julho de 2013 | 0 comentários

Share 0 Tweet 0 +1 0 Like 0

Comentar Imprimir Email

Lisboa, 09 jul (Lusa) -- O Instituto Português de Corporate Governance realiza hoje uma conferência sobre o governo das empresas, que comemora os seus 10 anos de existência, no momento em que pretende alargar o código de boas práticas a fundações e empresas públicas.

Depois de ter lançado o Código de Governo de Sociedades, que serve de guia para as empresas que queiram seguir boas práticas de governo, o objetivo do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) é de implementar este código junto das empresas cotadas, mas também de alargar as práticas defendidas a fundações, empresas públicas e empresas municipais.



+ Visitados + Comentados Top Utilizadores

1. 10 coisas que provavelmente não sabe sobre o ...
2. Entra e sai de Paulo Portas merece nova ...
3. Descubra se tem falta de alguma vitamina
4. Vídeo amador mostra evacuação dos passageiros ...

"O grande problema dos investidores é a incerteza" - Carlos Tavares

Lisboa, 09 jul (Lusa) - O presidente da CMVM, Carlos Tavares, defendeu hoje a necessidade de ter sido acionado, na semana passada, o mecanismo de emergência sobre vendas a descoberto de títulos portugueses, realçando que a incerteza é a maior inimiga dos investidores.

"Usámos pela primeira vez o mecanismo de emergência relativo ao 'short selling', que só pode ser usado quando há uma variação negativa num título superior a 10% numa só sessão. Só pudemos acionar o mecanismo no final da sessão, já que tem que haver uma sessão completa", afirmou aos jornalistas o líder da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

"O mecanismo pode ser prolongado por mais 48 horas, mas os dias seguintes foram melhores e não tivemos que usar o prolongamento" daquele instrumento, sublinhou Carlos Tavares, **à margem da conferência "O Governo Societário em Portugal", destinada a assinalar o décimo aniversário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).**

No passado dia 03 de julho, a CMVM proibiu temporariamente as vendas a descoberto de ações do Banif, BES, BCP e Sonae Indústria, devido ao facto destas cotadas terem tido uma desvalorização bolsista superior a 10%.

"Foi um dia particularmente agitado, com uma grande incerteza quanto ao futuro imediato [do Governo]", salientou Carlos Tavares, rematando que "o grande problema dos investidores é a incerteza".

Na semana passada Portugal viveu um período de instabilidade política, com o anúncio das saídas dos ministros Vítor Gaspar e Paulo Portas do Governo. Entretanto, os partidos da coligação (PSD e CDS-PP) chegaram a um entendimento acerca de uma reorganização governamental, de forma a permitir manter o Executivo em funções.

As vendas a descoberto ('short selling') são uma transação financeira que consiste na venda de um ativo que o investidor pede emprestado, esperando que o seu preço caia, para o recomprar mais tarde por um valor inferior.

Zon/Optimus: Boas práticas aceleram processo de fusão - Rodrigo Costa

Lisboa, 09 jul (Lusa) - O presidente da Zon Multimédia, Rodrigo Costa, destacou hoje que o "bom governo" da companhia que lidera e da Sonaecom, dona da Optimus, ambas cotadas na bolsa de Lisboa, permitiu que o processo de fusão avançasse rapidamente.

"A Zon e a Sonaecom têm uma cultura de transparência que facilitou o avanço do processo de fusão. A fusão ainda não está feita, mas o facto de serem duas empresas cotadas com uma base documental de fácil acesso foi importante para avançar com a fusão", afirmou Rodrigo Costa, **numa conferência hoje promovida pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), em Lisboa.**

"Serem duas empresas com bom governo foi um factor de grande ajuda, que permitiu avançar mais rápido", reforçou o líder da Zon. Rodrigo Costa realçou que "a origem do projeto de fusão é dos acionistas", mas frisou que "só é possível fazer uma operação destas, aprovada em assembleia geral com 98% dos votos, porque a reputação do conselho [de administração da Zon] é muito boa".

À margem dos trabalhos da conferência, o presidente da Zon escusou-se a adiantar pormenores sobre a fusão que está em marcha entre a Zon e a Optimus, explicando apenas que está à espera da decisão da Autoridade da Concorrência (AdC) sobre a operação.

No início deste mês, Manuel Sebastião, presidente da AdC, disse que a "muito breve prazo" o regulador irá decidir se o processo de fusão entre a Zon e a Optimus avança para investigação aprofundada.

"Estamos a trabalhar muito bem e muito depressa. A próxima decisão que temos de tomar é se fazemos um projeto de decisão já final, sem necessidade de ir para a fase dois, ou se tomamos uma decisão de avançar para a fase dois", explicou o presidente da AdC.

A fase dois corresponde a uma investigação aprofundada, o que implica mais tempo para a tomada de decisão do regulador sobre o processo de concentração.

"Nada está decidido, neste momento, e a muito breve prazo este assunto será decidido e em função desta decisão" a conclusão do processo poderá ser mais rápida ou não, concluiu o responsável.

Regulador
CMVM revela na próxima semana conclusões do novo modelo de governance

Cátia Simões
09/07/13 15:01

1 Leitores Online

1 Pageviews Diários

T- T+ Print

A CMVM apresentará na próxima semana as conclusões do modelo sobre as novas regras das boas práticas do Governo das Sociedades, disse o presidente do regulador de mercado.

Carlos Tavares, que falava na conferência sobre os 10 anos do Instituto Português de Corporate Governance, que decorreu esta manhã, disse que as conclusões do novo modelo seriam "tornadas públicas na próxima semana". E antecipou algumas das alterações. A CMVM quer promover uma maior auto-regulação, dar aos accionistas mais informação e uma maior fiscalização das sociedades.

"Espero que a CMVM contribua para esta melhoria", afirmou, mostrando disponibilidade para trabalhar com o ICGC.

Aos jornalistas, à margem da conferência, Carlos Tavares explicou que "a grande mudança é que passa a ser possível às empresas escolher um código diferente do código da CMVM", podendo ser o elaborado pelo IPCG ou até um código internacional, desde que devidamente fundamentado.

As empresas podem optar por seguir o código da CMVM ou um outro "emitido por entidade vocacionada para o efeito". Já existia a possibilidade de optar, mas

Comunidade

+ Vistos + Vistos + Comentados

Gaspar vai regressar ao local onde já foi feliz
174 visitantes

FMI prevê recessão mais profunda no euro
66 visitantes

Banif afunda 21% no arranque do aumento de capital
38

Combustíveis sobem em todos os postos do país
33

A tecnologia que muda a internet **REALTIME**

facebook

Like You, Afonso Vaz Pinto and 219,200 others like this.

A CMVM apresentará na próxima semana as conclusões do modelo sobre as novas regras das boas práticas do Governo das Sociedades, disse o presidente do regulador de mercado. Carlos Tavares, que falava na **conferência sobre os 10 anos do Instituto Português de Corporate Governance**, que decorreu esta manhã, disse que as conclusões do novo modelo seriam "tornadas públicas na próxima semana". E antecipou algumas das alterações. A CMVM quer promover uma maior auto-regulação, dar aos accionistas mais informação e uma maior fiscalização das sociedades. "Espero que a CMVM contribua para esta melhoria", afirmou, mostrando disponibilidade para trabalhar com o ICGC.

Aos jornalistas, à margem da conferência, Carlos Tavares explicou que "a grande mudança é que passa a ser possível às empresas escolher um código diferente do código da CMVM", podendo ser o elaborado pelo IPCG ou até um código internacional, desde que devidamente fundamentado.

As empresas podem optar por seguir o código da CMVM ou um outro "emitido por entidade vocacionada para o efeito". Já existia a possibilidade de optar, mas até aqui o regulamento exigia que esse outro código respondesse a uma série de exigências, que agora desaparecem. Isto significa uma flexibilização por parte da CMVM, dando maior amplitude de escolha às empresas. As empresas que escolham outro código têm de justificar essa escolha, cabendo aos seus accionistas a avaliação dessa escolha, "com a aprovação em assembleia-geral de accionistas", concluiu Carlos Tavares. Além disso, o código oficial do regulador foi objecto de simplificação, como resposta a várias dúvidas e críticas surgidas ao longo dos últimos anos.

Carlos Tavares afirmou ainda, respondendo ao repto de Luís Lágina de Sousa, presidente da Euronext Lisbon, que a três anos "o corporate governance terá de tratar do problema da dívida". À margem da conferência, discordou da visão de Lágina sobre um tratamento diferenciado para as PME. "Não sou simpatizante do aligeiramento das regras para as PME no que toca a 'corporate governance'", uma vez que os mercados já desconfiam naturalmente das PME. Lágina tinha defendido na sua intervenção que as regras de corporate para as empresas mais pequenas deviam ser aligeiradas. Acrescentou ainda que "o enquadramento regulatório pode constituir um inibidor de mercado. "Achamos que o mercado deve promover mais empresas e não menos".

[Home](#)
[Mercados](#)
[Economia](#)
[Política](#)
[Empresas](#)
[Finanças](#)
[Desporto](#)

▼ Mais Lidas

Revisão



FMI prevê recessão mais profunda no euro

Ferreira Leite



A reforma do Estado não é algo "que se decreta de um dia para o outro"

Telecom



Corporate Governance facilitou projecto de fusão entre Zon e Optimus

Telecom

Corporate Governance facilitou projecto de fusão entre Zon e Optimus

Cátia Simões
09/07/13 14:51

1 Leitores Online

1 Pageviews Diários

Rodrigo Costa, presidente da Zon, referiu que o facto das duas empresas serem cotadas ajudou à análise do projecto de fusão.

O facto da Zon e da Sonaecom, dona da Optimus, serem empresas cotadas, facilitou a análise do projecto de fusão entre as duas operadoras, defendeu hoje Rodrigo Costa.

▼ Comunidade

+ Vistos + Vistos + Comentados

Gaspar vai regressar ao local onde já foi feliz

176 visitantes

Rodrigo Costa, presidente da Zon, referiu que o facto das duas empresas serem cotadas ajudou à análise do projecto de fusão. O facto da Zon e da Sonaecom, dona da Optimus, serem empresas cotadas, facilitou a análise do projecto de fusão entre as duas operadoras, defendeu hoje Rodrigo Costa. O presidente-executivo da Zon, que falava na **conferência dos 10 anos do Instituto Português de Corporate Governance (IGCP)**, afirmou que o governo das sociedades "facilitou a proposta de fusão". O processo aguarda luz verde da Autoridade da Concorrência, estando na fase de entrega dos comentários dos contra-interessados. As duas operadoras já confirmaram que vão cumprir os remédios avançados pela AdC, que incluem a venda da rede de fibra da Optimus. O presidente da dona da ex-TV Cabo afirmou ainda que o corporate governance é muito importante para a Zon e que o facto de esta empresa ter podido reorganizar-se, com o 'spin off' da PT em 2007, ajudou a "redefinir muitos dos temas de trabalho". Questionado pelos jornalistas à margem da conferência sobre o processo de fusão, Rodrigo Costa não quis fazer comentários, dizendo apenas que estão a "aguardar uma decisão".



Juros da dívida sobem pela primeira vez em cinco sessões



Petróleo em máximos de mais de um ano



Banif afunda 6% após maior tombo de sempre

CMVM
Empresas cotadas vão poder escolher código de 'governance'
 Cátia Simões
 10/07/13 00:05

1 Leitores Online 1 Pageviews Diários

CMVM revela na próxima semana o modelo das novas regras de 'corporate governance'.

As empresas cotadas vão poder, a partir da próxima semana, escolher qual o código de boas práticas do Governo das Sociedades que querem aplicar na sua organização. A Comissão de Mercados e Valores Mobiliários (CMVM) está a promover um conjunto de alterações ao modelo de 'corporate governance' em vigor, cujos "documentos regulamentares e recomendatórios publicaremos na próxima semana", revelou ontem Carlos Tavares.

O presidente do regulador de mercado, que falava na conferência dos 10 anos do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), antecipou algumas das alterações, nomeadamente "maiores liberdade e responsabilidade das empresas na escolha do Código da Governo, mais transparência na sua aplicação e informação mais acessível e comparável aos accionistas".

À margem da conferência, Carlos Tavares explicou que "a grande mudança é que passa a ser possível às empresas escolher um código diferente do código da CMVM", podendo ser o elaborado pelo IPCG ou até

Comunidade

+ Vistos + Vistos + Comentários

Banif afunda 6% após maior tombo de sempre
 11 visitantes

Dispensados do Estado perdem direito à reforma antecipada
 74 visitantes

Saiba como proteger o seu dinheiro da montanha-russa da bolsa
 72 visitantes

Cavaco deve falar hoje ao País
 57 visitantes

A tecnologia que muda a internet **REALTIME**

facebook

Empresas cotadas vão poder escolher código de 'governance'

As empresas cotadas vão poder, a partir da próxima semana, escolher qual o código de boas práticas do Governo das Sociedades que querem aplicar na sua organização. A Comissão de Mercados e Valores Mobiliários (CMVM) está a promover um conjunto de alterações ao modelo de 'corporate governance' em vigor, cujos "documentos regulamentares e recomendatórios publicaremos na próxima semana", revelou ontem Carlos Tavares.

O presidente do regulador de mercado, que falava na conferência dos 10 anos do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), antecipou algumas das alterações, nomeadamente "maiores liberdade e responsabilidade das empresas na escolha do Código da Governo, mais transparência na sua aplicação e informação mais acessível e comparável aos accionistas".

À margem da conferência, Carlos Tavares explicou que "a grande mudança é que passa a ser possível às empresas escolher um código diferente do código da CMVM", podendo ser o elaborado pelo IPCG ou até um código internacional, desde que devidamente fundamentado. A possibilidade de escolha do código a aplicar entrará em vigor no próximo ano e será votada em assembleia-geral de accionistas, segundo avançou o presidente do regulador.

A alteração permite uma maior possibilidads de escolha do lado das empresas. Já existia a possibilidade de escolha do código a utilizar mas até aqui o regulamento exigia que esse outro código respondesse a uma série de exigências que deixam de fazer sentido. O próximo regulamento da CMVM foi alvo de simplificação.

Carlos Tavares espera agora que, a médio prazo, se possa trabalhar na regulação do mercado de dívida. "Há que reflectir sobre uma eventual adaptação das regras de governo das sociedades a esta nova realidade, que poderíamos designar por 'debt governance'", afirmou. Em causa poderá estar a introdução de regras sobre a intervenção dos obrigacionistas e financiadores nas decisões da empresa, regras sobre conflitos de interesses, recomendações sobre o conteúdo dos contratos de financiamento ou uma maior obrigação de disponibilização de informação aos investidores.

Poiares Maduro: “Temos de discutir mais políticas públicas e menos tácticas políticas”

09 Julho 2013, 11:51 por Miguel Prado | miguelprado@negocios.pt

23 58 Tweet 10 Share 0



O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, reconheceu esta terça-feira na abertura da conferência do Instituto Português de Governança que “temos de discutir



Poiares Maduro: “Temos de discutir mais políticas públicas e menos tácticas políticas”

Na sua intervenção na conferência do IPCG, o governante sublinhou que “a política tem que simplificar o que é complexo” de modo a ser discutida por todos no espaço público. No entanto, realçou Poiares Maduro, as mensagens não podem ser falsificadas porque senão não se trata de política mas sim de populismo.

Miguel Poiares Maduro referiu ainda que “a crítica não pode ser entendida como um impedimento ao consenso”, sendo esse consenso “um instrumento de qualquer política”. Para o ministro do Desenvolvimento Regional, o “respeito pela política exige respeitar os mecanismos democráticos”. “Sem uma melhor cultura política as reformas que defendemos serão mais difíceis”, concluiu o ministro.

Na mesma conferência, **o presidente do IPCG, Pedro Rebelo de Sousa**, defendeu que “precisamos de mais integridade, enquanto capacidade de assumirmos as nossas responsabilidades”. Numa mensagem que o **próprio Rebelo de Sousa** assumiu ter uma conotação como actual crise política em Portugal.

“Assim como nós [nas empresas] tentamos defender que a liberdade deve andar de mãos dadas com a responsabilidade, devemos solicitar à classe política que faça o mesmo”, declarou **Pedro Rebelo de Sousa** ao **Negócios**.

Governo das sociedades facilitou processo de fusão entre Zon e Optimus

09 Julho 2013, 14:51 por Patrícia Abreu | pabreu@negocios.pt

1 0 1 0



Governo das sociedades facilitou processo de fusão entre Zon e Optimus

O facto da Sonaecom, que detém a Optimus, e a Zon Multimédia serem duas empresas cotadas, que cumprem todas as regras de bom governo das sociedades, facilitou a proposta de fusão entre ambas as empresas. Quem o diz é o presidente da Zon, Rodrigo Costa, que considera que o governo das sociedades foi um “factor de grande ajuda”.

A participar numa **conferência do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG)**, Rodrigo Costa, que está aguardar a decisão do regulador relativamente à proposta de fusão com a Optimus, destacou a importância do “corporate governance” na realização da proposta para unir ambas as empresas.

“O facto de serem duas empresas cotadas, sujeitas a regras de governo das sociedades, facilitou toda a proposta de fusão”, sublinhou o empresário, acrescentando que “a base

documental de fácil acesso para preparar o projecto de fusão” ajudou a acelerar o processo.

Rodrigo Costa adiantou ainda que a operadora trabalha muito “na relação com o accionista” e realçou que grande parte dos investidores da empresa são internacionais.

Short selling: CMVM diz que situação de grande incerteza motivou mecanismo de emergência

09 Julho 2013, 15:55 por Patrícia Abreu | pabreu@negocios.pt

2 0 2 0



Short selling: CMVM diz que situação de grande incerteza motivou mecanismo de emergência

O presidente da CMVM, Carlos Tavares, justificou a decisão de restringir as operações de “short-selling” nas acções do BCP, BES, Banif e Sonae Indústria numa sessão na semana passada, seguiu uma situação de forte incerteza no país e tratou-se de um mecanismo de emergência. “Usámos pela primeira vez um mecanismo que foi criado pelo novo sistema europeu de „short-selling“, que entrou em vigor no final do ano passado, e que é um mecanismo de emergência”, explicou Carlos Tavares, **à margem de uma conferência realizada pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).**

O regulador do mercado de capitais português proibiu as vendas a descoberto de acções da banca e da Sonae Indústria, depois de um dia negro para a bolsa portuguesa, após Paulo Portas ter apresentado o seu pedido de demissão e ter lançado o país numa crise política. A decisão foi tomada ao abrigo de um regulamento europeu que permite esta proibição nos títulos que registem uma desvalorização de mais de 10% no fecho de uma sessão, tal como aconteceu a passada quarta-feira, 3 de Julho.

“O grande problema dos investidores é a incerteza”, diz o presidente da CMVM

LUSA 09/07/2013 - 17:08

Carlos Tavares explica o uso do mecanismo de emergência para travar vendas a descoberto.



O presidente da CMVM, Carlos Tavares, defendeu nesta segunda-feira a necessidade de ter sido accionado, na semana passada, o mecanismo de emergência sobre vendas a descoberto de títulos portugueses, realçando que a incerteza é a maior inimiga dos investidores. “Usámos pela primeira vez o mecanismo de emergência relativo ao *short selling*, que só pode ser usado quando há uma variação negativa num título superior a 10% numa só sessão. Só pudemos accionar o mecanismo no final da sessão, já que tem que haver uma sessão completa”, afirmou aos jornalistas o líder da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

“O mecanismo pode ser prolongado por mais 48 horas, mas os dias seguintes foram melhores e não tivemos que usar o prolongamento” daquele instrumento, sublinhou Carlos Tavares, **à margem da conferência “O Governo Societário em Portugal”, destinada a assinalar o décimo aniversário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).**

A 3 de Julho, a CMVM [proibiu temporariamente as vendas a descoberto](#) de acções do Banif, BES, BCP e Sonae Indústria, devido ao facto de estas cotadas terem tido uma desvalorização bolsista superior a 10%. “Foi um dia particularmente agitado, com uma grande incerteza quanto ao futuro imediato [do Governo]”, salientou Carlos Tavares, rematando que “o grande problema dos investidores é a incerteza”. Na semana passada, Portugal viveu um período de instabilidade política, com o anúncio das saídas dos ministros Vítor Gaspar e Paulo Portas do Governo. Entretanto, os partidos da coligação (PSD e CDS-PP) chegaram a um entendimento acerca de uma reorganização governamental, de forma a permitir manter o executivo em funções.

Entrevista
Engº Manuel Agria
Na ETV



Abrir: <http://videos.sapo.pt/A0OTIUp7ZqcLQjH4ZKyB>

TRANSPARÊNCIA

CMVM defende regras de bom governo para emitentes de dívida



CMVM: Conferência que marcou 30.ª aniversário do instituto contou com a presença do ministro adjunto à Gestão do Desenvolvimento Regional, Miguel Pinheiro Marques

Instituto Português de Corporate Governance quer levar as regras de boa gestão da relação com investidores para o Estado, as autarquias e as fundações

ESTRÉIA ABREIA

MADEIRA

Com a criação de dívida a assumir um papel cada vez mais relevante no financiamento das empresas, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) defende que, tal como acontece com as ações, devem ser implementadas regras de bom governo na relação com os seus credores. Aponta para a criação de um "debt governance".

O ponto dos credores não comparáveis "levanta certos problemas ao governo das sociedades", alertou Carlos Tavares, na sua intervenção na conferência que marcou o 30.º aniversário do Instituto Português de Corporate Governance (IPC-G). Para o presidente da CMVM, é necessário criar regras mínimas de bom governo das sociedades, tendo em conta esta nova realidade.

A queda das taxas de juro, bem como o maior apetite dos investidores por dívida fazem aumentar a procura das empresas por crédito. E uma mudança de paradigma que não está refletida na prática atual do código do governo das sociedades.

"Os instrumentos do governo da sociedade são gerados pela relação com os investidores e não para a relação com os credores", alertou o presidente do regulador de mercados de capitais.

Carlos Tavares diz que é preciso refletir sobre as regras de governo das sociedades e criar um código para os investidores na dívida. Os conflitos com os financiadores, a falta de interferência dos credores na vida das empresas e a falta de regras que devem ser incluídas nestas recomendações para os emitentes de dívida. "É preciso dar importância às regras que se dirigem aos mercados de capital de posições e não apenas para", defendeu Carlos Tavares.

A proposta para a criação de um "debt governance" foi bem recebida por Pedro Rebelo de Sousa, presidente do IPC-G, que garantiu que será criado até ao fim do primeiro semestre de 2014. "Não se trata de regras de proteção", adiantou o responsável, que quer também levar as regras de bom governo para o Estado, as autarquias e as fundações.

Novas regras na próxima semana
Carlos Tavares deverá publicar na

próxima semana o documento final com as novas recomendações para o governo das sociedades. Estabelecer um modelo de avaliação destes regras e harmonizar a divulgação de informação às principais alterações introduzidas pelo regulador do mercado de capitais, que também terá a possibilidade de as empresas adotarem um código de "corporate governance" alternativo ao da CMVM.

No conferência do IPC-G, Pedro Maia, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, fez um balanço positivo do governo das sociedades em Portugal. "O 'corporate governance' trouxe as universidades, públicas e privadas, e os centros de investigação, para a discussão sobre esta matéria. Quanto à exposição do 'corporate governance' podemos estar muito otimistas", afirmou.

Manuel Aires Mateus, antigo presidente do IPC-G, concordou que o governo das sociedades em Portugal mudou muito desde 2004, mas, apesar disso, apontou o trabalho a fazer. "Um dos papéis do administrador independente é a qualidade da informação financeira e independentemente se é o administrador", afirmou Aires Mateus.

Só integridade pode evitar escândalos nas empresas

A ADOÇÃO DE Códigos de boa gestão não tem impedido o surgimento de escândalos nas empresas portuguesas. Para Luís Magalhães, "managing partner" da Deloitte Portugal, a integridade é um elemento fundamental e apenas cumprir este requisito de seriedade é que é possível evitar situações destas.

"Compliance" e regras de governo das sociedades não resolvem a falta de integridade", afirma o mesmo responsável, acrescentando que "a integridade é da responsabilidade da administração, sobretudo dos administradores não executivos". Luís Magalhães sublinha ainda a necessidade de criar comités de gestão de risco ao nível da administração, para o risco.

"Ficou muita coisa a fazer", afirma.



Empresas cotadas vão poder escolher código de 'governance'

Governo tem freio-lento CMVM revela na próxima semana o modelo das novas regras de 'corporate governance'.

ANA CARVALHO

As empresas cotadas vão poder, a partir da próxima semana, escolher qual o código de boas práticas do Governo das Sociedades que querem aplicar na sua organização. A Comissão de Mercado e Valores Mobiliários (CMVM) está a preparar um conjunto de alterações ao modelo de 'corporate governance' em vigor, entre "dispositivos regulamentares e recomendações publicitárias" na próxima semana", revelou ontem Carlos Tavares.

O presidente da reguladora do mercado, que dávida na comemoração dos 15 anos do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), antecipa algumas das alterações, nomeadamente "maior liberdade e responsabilidade das empresas no âmbito do Código da Governança, maior transparência na sua gestão e a informação mais acessível e coerente aos acionistas".

À margem da conferência, Carlos Tavares explicou que "a grande mudança é que torna a ser possível as empresas escolher um código diferente do código da CMVM", podendo ser o estabelecido pelo IPCG, ou até um código interacional, desde que devidamente fundamentado. A possibilidade de escolha do código é aplicável apenas em vigor no próximo ano e será limitada em alterações gerais do estatuto, segundo explicou o presidente da reguladora.

As alterações permitem uma maior possibilidade de escolha de todo das empresas. A escolha a possibilidade de escolha do código e aplicar mas não seguir o regulamento exigiu que esse código responda a uma

série de exigências que dizem respeito à natureza das empresas. O presidente da CMVM foi alvo de uma pergunta.

Carlos Tavares explicou, apesar de, a médio prazo, se possa trabalhar na regulação da remuneração do conselho. "Mas que reflete a ideia de uma eventual adaptação das regras de governo das sociedades a esta nova realidade, que poderíamos designar por 'light governance'", afirmou. Ele disse poder estar a um estágio de negociação sobre a harmonização das obrigações e estruturas em termos de regras da empresa, regras sobre conflitos de interesse, remuneração entre a estrutura dos comités de fiscalização ou uma maior obrigação de divulgação de informação aos investidores.

Até sobre a melhoria nos mecanismos da última semana sobre a crise política, Carlos Tavares afirmou que "a grande preocupação dos investidores é a 'accountability'". A CMVM sempre privilegiou, até 3 de julho, o mecanismo de produção de 'shareholding' (pressão a descoberto de ações) de IAG, IAG, IAG e IAG, IAG, IAG, que se pode sentir quando os IAG se encontram de IAG.

“É a que reflete sobre uma eventual adaptação das regras de governo das sociedades a esta nova realidade, que poderíamos designar por 'light governance'”, afirmou.

A confiança e o governo das sociedades

Debate Confiança nas instituições
Manuel Maria Agria

A OCDE divulga há dias os seus indicadores sociais e, a propósito, a imprensa deu algum destaque ao fraco desempenho de Portugal no combate à corrupção, medido pelo respectivo índice, que nos atribuiu, no ranking dos países avaliados, um modestíssimo lugar. Curiosamente, ou não, foi ignorado um outro indicador, aliás correlacionado com o primeiro, que mede a confiança dos inquiridos nas instituições nacionais. Também aqui, infelizmente, não temos muito com que nos orgulhar. De facto, o valor apurado para Portugal foi de 40 para o respectivo índice composto, muito abaixo dos 56 calculados para a média dos países da OCDE listados. É mesmo com pior desempenho do que Estados cuja reputação, normalmente percebida pelo público, não parece ser reconhecida como um modelo a seguir, casos da Itália e da Grécia, para já não mencionar o Brasil, a Indonésia ou mesmo a Espanha. Convinhamos que é uma situação deveras preocupante e que nos deveria levar a pensar no porquê desse resultado. Contudo, como ponto prévio, acrescentar que as instituições aqui avaliadas são de âmbito social e cobrem as áreas da governação, da defesa e do sistema judicial. O que, diga-se em abono da verdade, não invalida os comentários que aqui gostaríamos de deixar sobre a matéria.

Como é do conhecimento geral, o IPCC - Instituto Português de Corporate Governance aprovou, no início do ano, o seu código de governo das sociedades, dirigido, em primeira linha, às sociedades emissoras de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, mas cujo âmbito de aplicação pode perfeitamente ser alargado, e esse é um dos seus méritos, a outras instituições, desde que lhe sejam introduzidas as necessárias adaptações. Ora, entre essas entidades, contam-se, por exemplo, as empresas familiares, os sectores público empresarial e empresarial local, as fundações e, dum modo geral, a designada economia social ou do terceiro sector. Deve ser aqui reconhecido o esforço que, nestes domínios, vêm sendo feitos ultimamente no sentido de promover as boas práticas no governo das instituições, assente nos valores da solidariedade, da ética e da transparência. Todavia, parece-nos que há que ser um pouco mais ambiciosos se queremos reforçar a accountability e a percepção que dela faz o público em geral.

É isto porque não devemos esquecer que, nestes domínios, o universo das partes interessadas, os designados stakeholders,



é consideravelmente mais vasto do que o de qualquer sociedade, pelo que há que apostar em modelos mais coerentes e mais facilmente perceptíveis. O que nos leva, naturalmente, a apontar a adopção de códigos de governo como a solução mais correcta para responder aos objectivos traçados. Códigos cujo desenho deve ser em conta as especificidades das entidades visadas, mas que, na sua essência, devem fundar-se, tal como o aplicável às sociedades, no princípio do *comply or explain*, de modo a permitir conferir à gestão a necessária flexibilidade na sua aplicação. Isso, sem prejuízo da indispensável fiscalização, a cargo de entidade independente, a que os respectivos relatórios de governo devem sujeitar-se e que garanta aos stakeholders a confiança nas informações disponibilizadas.

Refira-se que o IPCC vai nesta linha e tem já em curso estudos e projectos que visam o aprofundamento desse modelo aplicado às entidades referidas. Com esse propósito procura contribuir para que, em futuras avaliações, Portugal recupere a confiança dos agentes económicos e sociais nas suas instituições nacionais e se aproxime, em futuras avaliações, do lugar que, independentemente, lhe compete ocupar como nação milenar.

Director-geral executivo IPCC



Há que apostar em modelos mais coerentes e mais facilmente perceptíveis

Artigo de Opinião
Engº Manuel Agria
no jornal 'Público'

OBRIGADO !